

## VAI UM CAFEZINHO AÍ? UMA ANÁLISE DO CULTIVO DE CAFÉ SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017.

LARISSA DULCE ANTUNES<sup>17</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como finalidade analisar o cultivo de café no Brasil, em Minas Gerais e em especial na Mesorregião do Noroeste e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Esta cultura é de extrema importância na produção do campo, pois contribui efetivamente para o PIB do país, e para a economia do estado mineiro. A importância econômica se reflete em outros âmbitos como a importância política e estratégica destes espaços produtivos. Nossa proposta é construir uma análise a partir do banco de dados disponibilizado pelo Censo Agropecuário de 2017, último censo realizado em território brasileiro. As conclusões apontam para a presença de uma estrutura agrária desigual que interfere diretamente na forma de produção do café no território analisado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Café, Brasil, Minas Gerais, Censo Agropecuário de 2017.

**RESUMEN:** Este trabajo tiene como objetivo analizar el cultivo de café en Brasil, en Minas Gerais y especialmente en la Mesorregión Noroeste y Vale do Jequitinhonha y Mucuri. Esta cultura es de suma importancia en la producción del campo, ya que contribuye efectivamente al PIB del país y a la economía del estado de Minas Gerais. La importancia económica se refleja en otras áreas como la importancia política y estratégica de estos espacios productivos. Nuestra propuesta es construir un análisis a partir de la base de datos puesta a disposición por el Censo Agropecuario de 2017, el último censo realizado en territorio brasileño. Las conclusiones apuntan a la presencia de una estructura agraria desigual que interfiere directamente con la forma en que se produce el café en el territorio analizado.

**PALABRAS CLAVE:** Café, Brasil, Minas Gerais, Censo Agropecuário 2017.

---

17 Doutoranda em Ciência Política pela UFMG.

## Introdução

Censo é o nome conferido a uma forma de pesquisa estatística em que existe o levantamento de dados importantes para compreensão de um determinado universo. Para a execução do Censo Agropecuário do Brasil são visitados mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários. Define-se como estabelecimento agropecuário toda a unidade de produção e exploração dedicada a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Podendo ser ao mesmo tempo para venda ou subsistência independentemente de seu tamanho ou de sua localização, pois ambientes com essas características, também estão presentes em perímetros urbanos.

Na execução do Censo agropecuário uma lista de dados são coletados e as informações permitem avaliar a dinâmica e o índice de produção da atividade agropecuária brasileira, gerar estudos sobre a expansão das fronteiras agrícolas, compreender as transformações que resultam das inovações tecnológicas além de enriquecer a produção de indicadores ambientais, essenciais no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Os resultados do Censo Agro são fundamentais e insubstituíveis para análises comparativas de indicadores agropecuários e ambientais entre os órgãos nacionais e internacionais. São decisivos para a criação e execução das políticas públicas, estudos acadêmicos, desenvolvimento de projetos e decisões de investimentos provenientes das empresas públicas e privadas.

Em território brasileiro, o Censo Agropecuário ainda é o mais importante e mais completo meio de investigação estatística sobre a produção agropecuária. As perguntas do censo abrangem aspectos em relação à estrutura investigando as características do estabelecimento, da área e da produção e aspectos internos tais quais aqueles relacionados ao produtor e aos trabalhadores.

Na década de 1920 foi realizado o primeiro Censo Agropecuário do país, nesta época específica, o censo era parte integrante do Recenseamento Geral. Na década seguinte, segundo a historiografia, sobre o comando de Getúlio Vargas em 1930, a pesquisa foi suspensa por motivos de ordem política e institucional. Dos anos de 1940 até 1970 o levantamento ocorria a cada dez anos e a partir da década de 1970 passou a ser quinqüenal, neste período exato o censo realizava-se no início dos anos de final 1 e 6 e referido aos anos de final 0 e 5. Vale salientar que no Censo Agropecuário 1995-1996, as informações foram referidas ao ano-safra (agosto de 1995 a julho de 1996).

Passado os anos, em 2006, a referência dos dados voltou a ser o ano civil. O ano de 2006 é um marco na história desse levantamento, tanto pela inovação tecnológica introduzida na etapa da operação de campo, com a substituição do questionário

em papel pelo questionário eletrônico desenvolvido em computador de mão, o Personal Digital Assistant - PDA, quanto pelo refinamento metodológico, especialmente no que diz respeito à reformulação de seu conteúdo e à incorporação de novos conceitos. Nessa edição, também foi inserido o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - Cnefe, cuja estrutura engloba a descrição detalhada dos endereços dos domicílios e dos estabelecimentos agropecuários, as coordenadas geográficas de todos os domicílios e estabelecimentos (agropecuário, religioso, de ensino, de saúde e de outras finalidades) da área rural, responsável por proporcionar contribuição ao planejamento de futuras pesquisas do IBGE.

A presente análise será realizada a partir do último censo agro realizado, o censo de 2017. Em linhas gerais, o Censo Agropecuário 2017, voltou a ter como referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017), mas em período distinto daquele adotado no Censo Agropecuário 1995-1996. Conforme indica o site do governo, no levantamento de 2017, foram introduzidas novas tecnologias para o controle da coleta, tais como: lista prévia de endereços, utilização de imagens de satélite nos dispositivos móveis de coleta para melhor localização do recenseador em relação ao terreno, e uso de coordenadas do endereço e do local de abertura do questionário, as quais permitiram melhor cobertura e avaliação do trabalho.

Para efeito de contextualização, devemos explicitar que atualmente a periodicidade da pesquisa é quinquenal, mas os levantamentos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e não foram realizados o levantamento de dados devido a cortes orçamentários do governo: o Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017, conforme disponibilizado no site do governo.

A importância do Censo Agropecuário para o país é imensurável. Isto porque as estatísticas advindas de pesquisas como essas permitem traçar um retrato bem mais completo da realidade social, econômica e ambiental de um país. Também podem funcionar como uma base de dados que descreve, explica e demonstra a partir de uma perspectiva histórica a evolução da estrutura agrária do país tendo em vista os 101 anos de aplicação desde o primeiro censo brasileiro. Sendo suporte para o avanço e desenvolvimento tecnológico e o estabelecimento de políticas públicas que correspondam às condições demográficas do país.

## O Cultivo do Café.

A importância da cafeicultura no país antecede ao Brasil Republicano. Apesar de ter se transformado na maior fonte de riqueza nacional depois dos anos de 1850, as primeiras produções de café no território foram identificadas desde o ano de 1802. Estas produções ocorreram em pequenas chácaras situadas em Resende, e, no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro e algum tempo depois o cultivo desta cultura se espalhou por diversas vilas também do Rio de Janeiro (Vassouras, São João do Príncipe, Valença e Canta Galo).

A economia cafeeira é uma economia fronteira, que necessitava expansão para novas terras, e assim foi se alargando até chegar a São Paulo e muito tempo depois ao território de Minas Gerais. Segundo a historiografia, a partir da década de 1840, o café ultrapassou a principal fonte de renda do país, a cana de açúcar (MOREIRA, 2007). A expansão das plantações e as demandas externas impunham a necessidade de intensa mão de obra produtiva, única forma de manter uma produção de larga escala, uma vez que o país recebia pouco ou quase nenhum investimento em infra-estrutura, maquinaria e trabalhadores especializados.

Dessa forma nos anos de 1850 desde a extinção do tráfico de navio negreiro a escassez de mão de obra escrava impulsionou a vinda de imigrantes para território nacional, boa parte dos cafeicultores incentivou a vinda de imigrantes uma vez que os produtores precisam reaprender a produzir agora lidando com mão de obra livre. Na década seguinte aos poucos, uma rede ferroviária foi construída ligando a região cafeeira ao porto santista. Essa medida possibilitou a diminuição nos custos da produção, possibilitando sua expansão para locais ainda mais longínquos e diminuindo a utilização de escravos que estavam empregados no transporte da mercadoria.

As primeiras quedas do sistema cafeeiro ocorreram a partir dos anos 1880, em 1882 o país sofre com a primeira crise nacional de café, momento em que a produção supera o consumo mundial, fomentando a queda dos preços no mercado internacional. A saída encontrada para repor os preços do mercado foi um intenso processo de desvalorização contínua da moeda do país para favorecer a exportação e a compra de parte da produção pelo Estado. O café comprado pelo estado era estocado e somente era comercializado quando o produto encontrava-se em falta, caso contrário era queimado.

É importante salientar que essa política de desvalorização da moeda em benefício do café tinha como intuito preservar o lucro destes produtores, os fazendeiros recebiam em dólar enquanto a população presenciava o dinheiro público sendo utilizado para financiar os

cafeicultores. Com isso, a desvalorização da moeda ocasionava nas classes mais baixas o aumento do custo de vida.

A crise de 1929 que começou pela quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos da América e se espalhou pelo mundo atingindo também de maneira catastrófica o país, nesta época, a produção de café respondia por 70% da produção. As grandes fazendas cafeeiras foram desmontadas, diversificou-se a economia passando gradativamente a predominar o capital industrial. A cafeicultura deixou de representar o suporte da economia nacional, até então ancorada em um modelo exportador estruturado sob o latifúndio com mão-de-obra abundante e barata. Mesmo com essas transformações, o café continuou a ser nas décadas seguintes o principal produto agrícola disponibilizado ao mercado externo.

Ainda assim muitos cafeicultores durante a primeira república acumularam fortuna e conseguiram diversificar seus investimentos, direcionando parte de seus capitais para a montagem de bancos e indústrias. O poder econômico, político e social dos produtores influenciaram de certa forma em distintos setores do país, ora mais ora menos de acordo com as condições econômicas do país.

O certo é que desde o período denominado como Brasil Império, a economia cafeeira se apresenta como parte constituinte da historiografia do país, ainda é uma cultura extremamente importante e cultivada por vários estados. A seguir podemos observar como a produção concentra-se no território de acordo com o último Censo Agro do país.

**Tabela 1 - Dez maiores estados produtores brasileiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores estados em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábicano Brasil.**

Estados	Quantidade Produzida (ton.)	Estados	Estabelecimen- tos
Minas Gerais		Minas Gerais	119.508
São Paulo	221.159,084	Espírito Santo	26.313
Espírito Santo	113.454,440	Bahia	18.211
Paraná	73.857,984	São Paulo	10.417
Bahia	49.131,457	Paraná	9.866
Goiás	12.595,627	Rio de Janeiro	1.696
Rio de Janeiro	8.809,114	Rondônia	524
Rondônia	2.515,390	Pernambuco	333
Distrito Federal	1.544,509	Ceará	310
Mato Grosso	518,930	Mato Grosso	222

O Brasil é o maior exportador de café mundial, a metade de sua produção é oriunda do estado de Minas Gerais<sup>18</sup> com maior concentração da plantação cafeeira na região sul do estado. Os fatores que propiciam o cultivo da cultura do café nessa região são: o clima, solo e altitude. Segundo o “Mapa Representativo das Regiões Produtoras de Café (2005)”, Minas Gerais além de ser a maior exportadora do país é também exportadora das principais fontes decafé especiais. As plantações se concentram em quase sua totalidade no café Arábica cultivados no território mineiro nas regiões: Sul de Minas, Cerrado de Minas, Chapada de Minas e Matas de Minas.

O estado de São Paulo ocupa o segundo lugar da produção de café e as plantações estão situadas nas regiões de São João da Boa Vista, o equivalente segundo a Agência Brasil de Economia (2018) a 18,8% do total paulista. Os bons índices de produção costumam manter uma estabilidade, pois as fazendas produtoras estão situadas em montanhas onde não são afetadas por variações climáticas. Assim como Minas Gerais, a produção paulista se concentra no café Arábica.

O Espírito Santo e o estado de São Paulo alguns anos se revezam na segunda colocação, pois, o café tipo Arábica (grãos verdes) opera com uma bienalidade típica da cultura que consiste em no primeiro ano a safra ser farta e no segundo ela diminuir consideravelmente as toneladas colhidas, primeiramente a safra de grãos verdes e posteriormente a saca com grãos pretos. O tipo do café que é cultivado no Espírito Santo é o café Conilon que é produzido nas áreas mais quentes ao norte, conhecida como região Conilon Capixaba, e de Arábica ao sul, região conhecida como Montanhas do Espírito Santo.

Os estados que aparecem na tabela abaixo são muito importantes para a produção de café no país, embora sejam menos expressivos do que os três primeiros colocados. O Paraná é o estado produtor de café localizado mais ao sul do país. Apenas café Arábica é cultivado em plantações adensadas, que usam variedades adequadas ao clima mais frio da região a sua produção com ênfase no tipo cereja descascado.

O Estado da Bahia está localizado na região nordeste do Brasil, de clima quente e temperaturas mais altas. São duas as regiões produtoras de café no estado: Planalto da Bahia e Cerrado da Bahia, onde se cultiva Arábica. Ao sul do estado também há áreas onde se produz café Conilon (Robusta).

O território goiano, que já é reconhecido nacionalmente por seus altos índices de produtividade agrícola, tem se destacado no ramo como uma nova fronteira do café

18 Conforme o Governo do Estado de Minas, a divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento, listadas a seguir, em ordem alfabética: 1) Alto Paranaíba; 2) Central; 3) Centro-Oeste de Minas; 4) Jequitinhonha/Mucuri; 5) Mata; 6) Noroeste de Minas; 7) Norte de Minas; 8) Rio Doce; 9) Sul de Minas; 10) Triângulo. O número de municípios em cada uma delas é o seguinte: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-Oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (142), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul de Minas (155) e Triângulo (35).

arábica no país, a chuva abundante na estação chuvosa torna favoráveis o cultivo nesta região.

A produção do café no Brasil expandiu-se a partir da Baixada Fluminense e do vale do rio Paraíba, que atravessava as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A cafeicultura no Brasil beneficiou-se da estrutura escravista do país, sendo incorporada ao sistema plantation, caracterizado basicamente pela monocultura voltada para a exportação, a mão de obra escrava e o cultivo em grandes latifúndios. Nessa região do Brasil, a produção cafeeira beneficiou-se do clima e do solo propícios ao seu desenvolvimento. O fato de ser rota de transporte de mercadorias entre o Rio de Janeiro e as zonas de mineração contribuiu também para a adoção da lavoura cafeeira, já que parte das terras estava desmatada, facilitando inicialmente a introdução das roças de café e beneficiando o escoamento da produção através das estradas existentes. Estes são alguns dos motivos que tornam favoráveis o cultivo nesta região.

Embora Rondônia não seja um grande produtor como Minas Gerais, por exemplo, ele está despontando no cultivo dessa cultura. Os cafeicultores do estado, segundo as informações da CONAB (2019) ampliaram a produtividade nos últimos anos com a modernização das lavouras e o investimento em novas mudas mais produtivas.

O Distrito Federal igualmente aparece na lista dos maiores produtores de café brasileiro, o café produzido no Cerrado também tem melhor qualidade para o consumo. Segundo especialistas, a baixa umidade da região dificulta que o grão apodreça e dá um diferencial ao café. O grão produzido em Brasília é o arábico, que se ambienta melhor com as características climáticas do DF. A safra normalmente é comercializada localmente em alguns estabelecimentos da capital, mas geralmente é vendida para Minas Gerais e São Paulo, onde é torrada e levada para a exportação.

O produtor de Brasília não exporta diretamente, mas vende o produto para ser torrado em outras unidades da Federação e comercializado fora do País. O DF está em décimo lugar no ranking de maiores exportadores nacionais. As características de um café produzido em região onde a seca predomina garantem ao DF qualidades para o consumo. A rentabilidade também incentiva os agricultores. Os números mostram que, ao falar da safra, não há pausa para um cafezinho.

Em Mato Grosso, de acordo com a CONAB (2018), houve crescimento de 4,2% na área e melhora do pacote tecnológico que levaram a um incremento de 16,7% na produção se comparada à safra do ano passado. Foram 105,8 mil sacas do tipo conilon e mil sacas de arábica. Esse aumento ocorreu, principalmente, ao melhor manejo das lavouras, regime chuvoso ideal à cultura e à bionalidade positiva para o ciclo atual. Um dos principais

produtores de café é o município de Colniza.

O café tem peculiaridades específicas em relação ao aroma, corpo, acidez e doçura dependendo do local e das particularidades de relevo de onde é produzido. Por conta da dimensão territorial do Brasil, é comum um mesmo Estado ter diferentes tipos de café, e este é o caso do estado de Minas Gerais.

As lavouras cafeeiras estão presentes em 15 Estados brasileiros: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. Características de solo, altitude, amplitude térmica e clima são determinantes para a qualidade, porém o investimento tecnológico também é capaz de dar suporte para a produção.

Em graus distintos, todas essas localidades possuem um alto investimento tecnológico para a produção dessa cultura. Pois a maior parte da produção visa à exportação, por isso é necessário ter um controle e uma otimização da produção. Isso para o agronegócio significa o alto investimento tecnológico com sementes selecionadas, sistema de irrigação cujas regiões apresentam chuvas irregulares, adubação e fertilização além do uso de inibidores de pragas.

Os estados que possuem o maior número de estabelecimentos rurais na sua maioria também correspondem aos estados que mais produzem essa cultura no país. Com a exceção do estado do Ceará e de Pernambuco, todos os outros dez estados desta tabela, possuem tanto produções em larga escala como também possuem um número alto de estabelecimentos que cultivam o café.

Podemos listar duas razões para explicar a afirmativa anterior: O primeiro por conta da agricultura familiar e segundo pelo tipo de café produzido. A agricultura familiar ainda é a principal fonte de alimentos básicos para os brasileiros, diversos produtos indispensáveis como arroz, feijão, leite e café são trabalhados na roça pela unidade produtiva familiar. Por esse motivo diagnosticamos a presença de muitos estabelecimentos produtores de café no país.

As lavouras cafeeiras estão presentes em muitas comunidades da agricultura familiar durante décadas sendo o café a principal fonte de renda, contudo das famílias que produzem a maioria dos alimentos do seu consumo. O café não tem tempo de validade isso conta bastante para vender, depende menos espaço do que o gado por exemplo. Com pouco espaço é possível plantar uma quantidade satisfatória.

O segundo motivo se dá pela produção de cafés tipo especial. Existe um mercado muito receptivo desse tipo especial. É importante salientar que estes tipos de cafés especiais



muitas vezes têm um selo de sustentabilidade, de organicidade, de respeito à fauna e a flora local, tudo isso de maneira mais ou menos efetiva é um entrave para as grandes plantações sendo essa justificativa também para existir inúmeros estabelecimentos produtores e não grandes produções de larga escala.

Tabela 2 - Dez maiores municípios produtores mineiros de Café Grão (verde) - Arábica (ton) e dez maiores municípios em estabelecimentos de Café Grão (verde) - Arábica no Brasil.

Municípios	Quantidade Produzida (ton.)	Municípios	Estabelecimentos
Patrocínio	56.607	Manhuaçu	2.743
Poços de Caldas		Campos Gerais	2.607
Três Pontas		Nova Resende	2.597
Boa Esperança		Simonésia	2.228
Campos Gerais		Divino	2.037
Machado		Santa Margarida	1.956
Araguari		Caratinga	1.794
Manhuaçu		Ervália	1.778
Nova Resende		Lajinha	1.683
Monte Carmelo		Poço Fundo	1.626

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

\* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

A segunda tabela refere-se por um lado aos dez maiores municípios produtores mineiros medidos pela quantidade em toneladas e do outro lado os municípios que possuem o maior número de estabelecimentos que cultivam o café. É imprescindível a análise de que todas essas cidades presentes nesta tabela são cidades mineiras. Com exceção de Campos Gerais e Nova Resende, as cidades que aparecem na primeira lista não aparecem na segunda. A primeira lista concentra-se as grandes fazendas cuja produção é em larga escala a segunda concentra produção proveniente da agricultura familiar, é importante pontuar que agricultura familiar pode remeter a produtores assentados como produtores não assentados, ou seja, o diferencial da região do Sul de Minas para a produção de café está no seu clima e na topografia adequados, além da boa infraestrutura de apoio existente, em termos de assessoria técnica, meios de comunicação e transporte facilitados, disponibilidade de insumos próximos, estrutura de comercialização e etc. Para os especialistas a importância produtiva do Sul de Minas está intrinsecamente relacionada à geografia física desse território exerce uma forte influência em especial aptidão de clima e solo para maior produtividade

e qualidade; infraestrutura das propriedades; profissionalismo do cafeicultor; sistemas de produção variados; qualificação de mão-de-obra; organização em cooperativas; geração de tecnologia; assistência técnica competente; tradição e sustentabilidade. O relevo montanhoso é ideal para produção de café. Segundo a literatura existente no Sul de Minas é de quatro mil cafeeiros por hectare, o que representa o sistema de cultivo semi-adensado. Apesar de ter um terreno com muito declive, os cafeicultores fazem muito uso da mecanização em suas lavouras. A região também se destaca como pioneira no cultivo de café orgânico.

**Tabela 3 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Noroeste de Minas (Microrregião de Unai e na Microrregião de Paracatu), MG, em 2017.**

Microrregião de Unai	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Paracatu	Quantidade Produzida (ton.)
Arinos	-	Brasilândia de Minas	-
Bonfinópolis de Minas		Guarda-Mor	-
Cabeceira Grande		João Pinheiro	
Buritís	815,000	Lagamar	18,240
Dom Bosco	-	Lagoa Grande	-
Formoso	512,280	Paracatu	
Natalândia	-	Presidente Olegário	
Unai		São Gonçalo do Abaeté	60,000
Uruana de Minas	-	Varjão de Minas	
-		Vazante	...

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

\* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

As regiões mineiras não obedecem a uma uniformidade em relação aos índices de cultivo de café, regiões próximas apresentam níveis de produção bastante distintos. Podemos afirmar essa constatação com base na acima. Esta descreve a produção de café comparando duas microrregiões do noroeste do estado: Unai e Paracatu, ambas situadas na Mesorregião do Noroeste<sup>19</sup> do estado. Sem embargo situar-se próximas uma da outra, a primeira microrregião tem quase o dobro de toneladas de produção do que a segunda. A diferença pode ser explicada, pois o primeiro deles é o tamanho, a microrregião de Unai é maior

<sup>19</sup> Mesorregião do Noroeste de Minas Gerais integra os municípios da Microrregião de Unai e a Microrregião Paracatu. A Microrregião de Unai integra os seguintes municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Cabeceira Grande, Buritís, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Unai e Uruana de Minas. A Microrregião de Paracatu integra os seguintes municípios: Brasilândia de Minas, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante.

que a de Paracatu, a economia da primeira microrregião concentra-se em agropecuária e turismo, e, por último, a microrregião de Unaí possui toda a infraestrutura que propicia o plantio do café, pois, ela é, segundo os dados do último censo, a maior produtora de grãos do estado, possui mão de obra especializada, boas estradas para o escoamento, pólos universitários de pesquisas específicas para o melhoramento do solo, otimização na produção, melhoramentos genéticos. Por outro lado a microrregião de Paracatu tem sua economia um pouco mais diversificada, como extração mineral, turismo, agropecuária e fornecimento de energia. A região é menor e o índice de desenvolvimento das cidades pertencentes a essa região é como um todo inferior à primeira.

Ressalta-se, então, algo que, à primeira vista, aponta para uma contradição. As microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Uberlândia, Araxá e Uberaba), do Noroeste de Minas (Paracatu e Unaí) e do Sul/Sudoeste de Minas (Varginha e São Sebastião do Paraíso) estão entre as que possuem maior PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA, FONTES e FONTES, 2011), mas nenhuma foi eficiente na maximização da produtividade e no aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Enquanto isso, a microrregiões do Jequitinhonha (Diamantina) e do Vale do Rio Doce (Ipatinga) estão entre as quatro microrregiões que possuem menor PIB Agropecuário de Minas Gerais (SILVA, FONTES e FONTES, 2011) e ainda são consideradas eficientes. Enquanto a pecuária é voltada para manejo extensivo, os produtos agrícolas são destinados, principalmente, para a subsistência dos pequenos produtores. Existem diferenças pontuais entre as duas microrregiões analisadas aqui: Capelinha e Pedra Azul. Quanto mais ao norte, mais pobres e mais quentes são as regiões do Vale do Jequitinhonha. O cultivo de café para a exportação exige um clima frio com estações chuvosas, e a região não atende esses requisitos, dessa forma para o cultivo cafeeiro é preciso investir e isso eleva os custos. Essas regiões inseridas no vale do Jequitinhonha são regiões que historicamente por razões diversas foram pouco desenvolvidas e apresenta ou apresentou em alguns períodos índices referentes aos bolsões de miséria. A microrregião de Pedra Azul possui é composta por quatro cidades a microrregião de capelinha possui 14 cidades. A microrregião de Capelinha possui também grandes plantações, enquanto a segunda microrregião é composta majoritariamente por pequenos produtores familiares, o café produzido ali é para consumo local.

**Tabela 4 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Capelinha e na Microrregião de Pedra Azul), MG, em 2017.**

Microrregião de Capelinha	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Pedra Azul	Quantidade Produzida (ton.)
Angelândia		Cachoeira de Pajeú	3,975
Aricanduva	372,509	Comercinho	2,670
Berilo	1,150	Itaobim	-
Capelinha		Medina	0,690
Carbonita	0,495	Pedra Azul	4,640
Chapada do Norte	1,445		
Francisco Badaró	-		
Itamarandiba	937,790		
Jenipapo de Minas	0,900		
José Gonçalves de Minas	20,528		
Leme do Prado	0,490		
Minas Novas	243,273		
Turmalina	322,545		
Veredinha	18,810		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

\* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

A última tabela que trataremos neste bloco diz respeito a mais duas Mesorregião do Jequitinhonha<sup>20</sup>, a microrregião de Almenara e de Araçuaí. Elas se situam mais ao extremo norte e de uma maneira geral apresentam taxas de produção próximas. Nas duas regiões aqui mencionadas, destacam-se quatro cidades que produzem um número elevado de toneladas comparadas às outras cidades. Duas delas ficam na microrregião de Almenara: Divisópolis e Mata Verde. E duas na microrregião de Araçuaí: Carai e Novo Cruzeiro.

20 A Mesorregião Vale do Jequitinhonha está situada no nordeste do estado, sendo formado por 43 municípios divididos em 4 Microrregiões (Almenara, Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul). A Microrregião de Almenara é formada pelos municípios de Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto. A Microrregião de Araçuaí é formada pelas cidades de Araçuaí, Carai, Coronel Murta, Itinga, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. A Microrregião de Capelinha é formada pelos municípios de Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha. A Microrregião de Pedra Azul é formada pelos municípios de Cachoeira de Pajeú, Comercinho, Itaobim, Medina e Pedra Azul. Existia uma quinta microrregião, a Microrregião de Diamantina, que foi realocada para a região central. Com essa microrregião inclusa, o Vale do Jequitinhonha seria formado por 51 municípios. No entanto, ela não está mais permanecendo nesta formação, conforme a configuração do governo do Estado de Minas Gerais. Para conhecimento, a Microrregião de Diamantina é formada pelos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves.

**Tabela 5 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Jequitinhonha (Microrregião de Almenara e na Microrregião de Araçuaí), MG, em 2017.**

Microrregião de Almenara	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Araçuaí	Quantidade Produzida (ton.)
Almenara	80,940	Araçuaí	2,265
Bandeira	51,985	Carai	
Divisópolis	510,648	Coronel Murta	-
Felisburgo	17,840	Itinga	-
Jacinto	-	Novo Cruzeiro	
Jequitinhonha	22,255	Padre Paraíso	58,939
Joaíma	-	Ponto dos Volantes	27,373
Jordânia	-	Virgem da Lapa	-
Mata Verde	329,855		
Monte Formoso	19,795		
Palmópolis	-		
Rio do Prado	-		
Rubim	-		
Salto da Divisa	-		
Santa Maria do Salto	0,820		
Santo Antônio do Jacinto	-		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

\* estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

**Tabela 6 - Produção de Café Grão (verde) - Arábica (ton) na Mesorregião Vale do Mucuri (Microrregião de Teófilo Otoni e na Microrregião de Nanuque), MG, em 2017.**

Microrregião de Teófilo Otoni	Quantidade Produzida (ton.)	Microrregião de Nanuque	Quantidade Produzida (ton.)
Ataléia	52,365	Águas Formosas	-
Catuji	64,345	Bertópolis	-
Franciscópolis	112,733	Carlos Chagas	-
Frei Gaspar	13,875	Crisólita	-
Itaipé	105,261	Fronteira dos Vales	-

Ladainha	117,074	Machacalis	-
----------	---------	------------	---

Malacacheta	152,645	Nanuque	-
Novo Oriente de Minas	-	Santa Helena de Minas	-
Ouro Verde de Minas	48,369	Serra dos Aimorés	-
Pavão	-	Umburatiba	-
Poté	42,551		
Setubinha	624,316		
Teófilo Otoni	17,823		

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

estabelecimentos com mais de 50 pés em 30/09/2017

Conforme o demonstrado, a produção de Café Verde no Mesorregião Vale do Mucuri<sup>21</sup>. Nota-se a produção de café na microrregião de Teófilo Otoni e do outro lado a microrregião de Nanuque. Enquanto a primeira microrregião possui produtores que produzem entre 48 mil toneladas de café a 152 mil toneladas, a microrregião de Nanuque não tem produtores desse tipo de cultura. Atualmente, Nanuque possui três atividades econômicas principais: pecuária, produção de madeira e atividade sucroalcooleira. A atividade agropastoril tem sido a principal fonte de renda a décadas as outras cidades no entorno também se dedicam a atividades como estas e algumas pequenas variações.

## Perfil dos Produtores Rurais de Minas Gerais:

Tabela 7 - Caracterização e perfil dos produtores rurais em Minas Gerais.

Categoria de análise	-	Estabelecimentos/Pessoas	Percentual
	Masculino	518.582	85%
	Feminino	86.743	14%
	Menor que 34 anos	46.200	5%
	35-64 anos		60%
	Maior que 64 anos		34%

21 A Mesorregião Vale do Mucuri é formada por 23 municípios e por duas microrregiões: a) Microrregião de Teófilo Otoni e b) Microrregião de Manuque. A Microrregião de Teófilo Otoni é formada pelos municípios de: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni. A Microrregião de Manuque é formada pelos municípios de: Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba.

Cor ou raça			57,01%
	Pre- ta	40.775	6,74%
	Amarela	2.516	0,42%
	Par- da		35,58%
	Indígena	1.554	0,26%
Pessoal Ocupado	Com laço de paren- tesco		66%
	Sem laço de paren- tesco		34%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

Como podemos acompanhar na tabela de 2017 sobre o perfil dos produtores rurais é perceptível em uma análise inicial constatar que a maior parte dos estabelecimentos rurais pertence a pessoas do sexo masculino. O perfil que do trabalhador brasileiro é homem acima de 30 anos, em sua maioria branca, seguido dos pardos, amarelos e por último os negros e indígenas.

Para compreender melhor os resultados dessa tabela é importante fazermos uma pesquisa histórica e discutir um pouco da questão da Lei de Terras. Essa lei instituída em 1850 foi uma lei que provocou uma transformação no campo, não na relação no campo, e sim, na forma como a propriedade rural passa a ser entendida e avaliada. Ou seja, trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. A Lei de Terras tornou, desde a promulgação, todas as terras consideradas devolutas (sem regularização) propriedade do governo. E, se, caso um produtor rural quisesse ter acesso a terra, poderia ser feita através da compra. A população rural brasileira, principalmente desta época no final do século XVIII, era uma população pobre que não possuía poder aquisitivo para ter acesso a ela, limitando a posse a uma parcela específica. Essa legislação ora dificultou ora impediu o acesso à terra pela população negra, indígenas e aos imigrantes no primeiro momento. Apenas no Sul do território brasileiro houve uma ocupação pouco mais branda em relação ao resto do país, pois o governo receoso de perder suas terras incentivou anos mais tarde os minifúndios, abrindo para a comercialização de suas terras principalmente para imigrantes.

A questão da posse da terra no Brasil está associada muitas vezes à herança, à riqueza, e mesmo que desigual, com o passar dos anos, novos agentes foram adquirindo porções de terras, mas ainda sim, majoritariamente as propriedades rurais são hereditárias. Isso se reforça, nossa estrutura agrária, pois no Brasil, a população rural, pobre, negra, indígena,

ribeirinha encontra mais empecilho para ter posse de um pedaço de terra. Estes são alguns dos motivos que podem explicar com mais profundidade essa a tabela abaixo e os números apresentados nela.

**Tabela 8** - Caracterização da escolaridade dos produtores rurais no Brasil.

Escolaridade	Estabelecimentos	Percentual
Nunca frequentou escola		10,57%
Classe de alfabetização (CA)		5,56%
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	3.916	0,64%
Antigo primário (elementar)		33,70%
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)		6,85%
Regular do Ensino Fundamental ou 1º grau.		17,30%
EJA e supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau	1.568	0,26%
Antigo científico, clássico, etc (médio 2º ciclo)	5.387	0,89%
Regular de Ensino Médio ou 2º grau		12,86%
Técnico de Ensino Médio ou do 2º grau		2,22%
EJA do EM	1.226	0,20%
Superior – graduação		8,11%
Mestrado ou Doutorado	2.896	0,48%
Não se aplica	2.232	0,371%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

O acesso pela população do campo à educação foi tratado pela autora Eloísa D. Gonçalves no seu texto intitulado: “A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária”, publicado em 20016. A autora durante o artigo enfatiza a situação de precariedade da educação brasileira durante os anos e em específica a educação no campo. Mesmo contando com o amparo jurídico como garantia, esse direito ainda precisa de muitas ações para que se torne um direito realmente efetivo. A efetividade se dá de algumas maneiras, dentre elas as políticas públicas que podem priorizar a melhor qualidade e a maior alcançabilidade da mesma no espaço rural.

A consolidação desse direito torna-se viável com a reforma agrária e a reforma agrária para sua consolidação e estruturação precisa contar com uma educação de qualidade. Essa via



de mão dupla para acontecer precisa novamente do apoio estatal. O apoio estatal muitas vezes apresenta como débil e onipresente nesses espaços sendo fundamental a luta dos movimentos sociais. Apesar de precária, a educação no campo melhorou gradativamente nos últimos anos, porém é preciso salientar que fica à mercê das agendas políticas do executivo eleito naquele determinado período. Por isso é importante os movimentos sociais pois, segundo a autora eles representam “interesses sociais legítimos e são importantes atores político-sociais. A pressão por eles exercida assegura não apenas a concretização de direitos fundamentais, mas, sobretudo, o desenvolvimento da democracia, tão cara às sociedades modernas. (Gonçalves; 2016).

A realidade educacional do campo possui entraves que determinam toda sua operacionalidade e expansão no nosso país. O principal problema é o financeiro, os recursos repassados não são suficientes, é importante ressaltar que além de recursos financeiros faltam também profissionais da área da educação especializados e, muitas vezes, transporte para viabilizar o acesso público de qualidade.

Somado a essas questões há outro fator determinante, o fechamento das escolas públicas do campo, segundo o relatório de iniciativa global de estudantes fora da escola lançado em 2012 pela UNICEF, em dez anos 37 mil escolas rurais foram fechadas. Os profissionais da educação são unânimes em afirmar que na área da educação muitas vezes há falta do profissional docente nas escolas e muito mais, há ausência de um projeto político pedagógico desenvolvido por esses professores que enfatiza e trabalhe da melhor forma possível as especificidades da população do campo. É importante uma formação dos professores para a educação do campo e não no campo. Neste contexto é muito comum a existência de turmas seriadas, com isso o professor precisa desenvolver uma temática que articule todos esses estudantes de diferentes séries que ocupam o mesmo espaço.

### **Caracterização dos Estabelecimentos rurais do Brasil.**

Após a análise dos dados afirmarem quantitativamente que existem mais estabelecimentos rurais de pequenos proprietários e de agricultores familiares. Não é possível a partir das leituras feitas sobre o tema, definir um tipo de agricultor familiar no Brasil, pois existem vários cujas características são diversas, porém é possível delimitar características comuns nessas propriedades rurais, a primeira delas é que a mão de obra é essencialmente familiar, cuja economia desta unidade gira em torno da agricultura ou pecuária (poucos animais) desenvolvendo processos de cunho mais sustentáveis e menos mercadológicos.

Tabela 9 - Caracterização dos estabelecimentos no Brasil.

Categoria de análise	Dimensão	Estabelecimentos	Percentual
Uso de adubação	Não utiliza	261.609	43%
	Adubação química	176.016	29%
	Adubação orgânica	590.739	12%
	Adubação química e orgânica	94.809	16%
Uso de agrotóxico	Não utiliza	440.387	64%
	Utiliza	166.431	27%
	Não precisou no período	14.960	16%
Sistema de preparo do solo	Cultivo convencional	131.052	41%
	Cultivo mínimo	146.945	46%
	Plantio direto na palha	44.294	14%
Financiamentos	Obteve	96.352	16%
	Não obteve	511.205	84%
Finalidade do Financiamento	Investimento	62.763	51%
	Custeio	42.672	35%
	Manutenção	16.062	13%
	Comercialização		1%
Financiamento do Governo	Sim	60.007	62%
	Não	37.458	38%
Programas	Pronaf	45.149	81,90%
	Pronamp		4,80%
	Outro programa		12,28%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

dados relativos à data de referência (30/09/2017)

Os dados acima revelam que a não utilização de adubos é a maioria entre os estabelecimentos e ocupa mais da metade deles, cerca de 58%. E isso faz com que os outros dados explicam-se, por ser de maioria oriunda de pequenos agricultores e o não uso de agrotóxico é superior ao uso, que normalmente se dão em grandes fazendas de monocultura.

Em relação aos financiamentos, a maioria dos estabelecimentos não possui, apesar de termos uma mudança (maior democratização do acesso aos financiamentos) ainda sim, ela é destinada a um grupo específico com poder aquisitivo maior. Os financiamentos e acesso às políticas públicas governamentais necessitam que as unidades familiares rurais sejam legalizadas, o que não acontece na maioria delas no Brasil além de exigir

um valor mínimo de renda o que impossibilita muitos agricultores a recorrerem a esses empréstimos.

Para entender melhor a tabela da caracterização de dos estabelecimentos rurais é de suma importância discutirmos um pouco sobre as três gerações das políticas públicas no Brasil e o desenvolvimento das mesmas e principalmente do PRONAF vejo que apesar de atualmente existirem novos lugares que cultivam o café, as maiores plantações são antigas, tem uma importância na história do país, na política e na economia, e, de uma certa forma esses os barões do café que depois viraram os grandes produtores, latifundiários foramaqueles produtores amparados pelas primeiras políticas do PRONAF e se beneficiam até hoje das mesmas.

Historicamente, no cenário brasileiro, as políticas públicas criadas e efetivadas no mundo rural foram em benefício da média e grande propriedade. Todo o projeto de modernização da agricultura brasileira que ocorreu nos anos 60,70 e 80 contou com uma forte participação do estado brasileiro. Ao longo destes anos vale realçar cinco políticas públicas importantes nesse cenário: (1) Crédito Rural, o (2) Seguro agrícola, a (3) Assistência técnica e extensão rural que originou a Emater, (4) a Pesquisa Agropecuária que foi criada a Embrapa e por fim a (5) Política de Preço Mínimo. Esse foi o pacote de políticas públicas criadas nas primeiras décadas que beneficiou em grande medida os grandes e médios produtores, destacando especialmente os agricultores sulistas, os produtores de exportação e aqueles cuja mercadoria era essencial para a agroindústria.

Somente a partir dos anos 90 foram implantadas políticas públicas voltadas para agricultura familiar no país. Dentre elas podemos salientar a criação da Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1995 esta criação foi fruto de mobilização social protagonizada pelos movimentos sindicais em grande medida organizados em torno do Grito da Terra Brasil.

A medida com que o PRONAF foi ganhando mais espaço na agenda política dos governos e que proporcionalmente a sociedade civil foi tomando conhecimento e reconhecimento da agricultura familiar houve um conjunto maior de mudanças institucionais e políticas públicas, podemos pontuar algumas como em 1989 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que foi extinto em 2016. A partir de 2003 houve no Brasil a criação de um amplo conjunto de políticas públicas criadas, é importante enfatizarmos o fato de que essas políticas públicas em certa medida tentaram abarcar a dimensão agrícola, social, e de infraestrutura. A consequência foi a redução da pobreza rural e da fome foi expressiva nesse período em grande medida após o conjunto de políticas públicas.

O primeiro conjunto de medidas criadas (como o PRONAF) foram medidas focadas na produção. À medida que o PRONAF emergiu logo se percebeu que somente este programa poderia reproduzir dentro da agricultura familiar mecanismos de exclusão, desta maneira em 1997 principia a emergência de um conjugado de políticas públicas com o viés mais social: Bolsa Família, Fome Zero e políticas Territoriais (criado em 2008 os Territórios da Cidadania), com a ênfase na estruturação de territórios vulneráveis economicamente e socialmente.

As políticas públicas pós 2003 em sua totalidade, articulam e dão destaque a segurança alimentar e nutricional, e, também focam na sustentabilidade do meio rural. Esse novo enfoque é conhecido pela literatura rural como terceira geração de políticas públicas. O exemplo de políticas públicas criadas na terceira onda evidenciou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a mudança que ocorreu no Programa Nacional da Alimentação Escolar (2009) na qual se deve incorporar ao menos 30% de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, e por último a Política de garantia de preços para produtos da sociobiodiversidade. Esse conjunto (terceira onda) dá um enfoque maior a sustentabilidade e segurança alimentar. A primeira geração de políticas públicas tinham como finalidade fazer o Brasil produzir sempre mais para competir no mercado externo com isso e o Estado injetou muito dinheiro para que conseguíssemos produzir e industrializar o país. Políticas públicas foram a partir da década de 60 principalmente desenvolvidas com o objetivo de dar créditos rurais, trazer as pesquisas universitárias para o campo da produção rural em busca do melhoramento da produção. Em segundo lugar, o PRONAMP é um financiamento para investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.

Os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Tabela 10 - Caracterização da utilização das terras no Brasil.

Categoria de análise	Dimensão	Hectares	Percentual
Utilização das terras	Pastagens	19.371.751.000	51%
	Matas/florestas	10.295.329.000	27%
	Lavouras	5.770.072.000	15%
	Outros	2.727.536.000	8%
Lavouras	Temporárias	4.015.732	70%
	Permanentes	1.740.888	30%
Pastagens	Plantadas em boas condições	11.738.687	61%
	Naturais	5.572.259	29%
	Plantadas em más condições	2.030.805	10%
Matas e/ou Florestas	Naturais <small>(preservação permanente ou reserva legal)</small>	1.208.945	12%
	Naturais	7.078.269	69%
	Florestas plantadas	2.012.115	20%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2017).

A tabela acima diz respeito à utilização dessas terras no espaço rural mineiro. É possível compreender que a maior parte delas é destinada a pastagem, pois a carne bovina é um dos produtos mais importantes de exportação do país e ocupa a maior parte pois exige espaço e é uma forma de mais barata de investimento do que por exemplo o cultivo de uma cultura, pois o fazendeiro pode “soltar os bois”, como dizem as população rural, e deixar que a natureza faça o trabalho.

As lavouras estão em terceiro lugar e indicam a existência principalmente das grandes fazendas de commodities e das pequenas unidades produtivas, que, como foi visto anteriormente (principalmente em relação ao café) sua importância econômica. As pastagens brasileiras são divididas em três categorias: natural, nativa e artificial. Elas são utilizadas nas propriedades a depender da criação, solo e clima da região e condições da propriedade. As pastagens naturais são as vegetações originais, nelas encontramos espécies de herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já a pastagem artificial é composta de espécies exóticas ou nativas, onde já não existe a vegetação original. Este tipo de pastagem é dividido em permanente que podem durar até trinta anos e em temporárias que podem durar seis meses.

A escolha do tipo de forrageira utilizada dependerá do clima, solo, tipo de rebanho e condições do proprietário. Para maior sucesso na escolha é bom consultar um profissional, que irá indicar os tipos de forrageiras que melhor se adaptam à sua propriedade.

Estes são os três tipos de pastagens predominantes nas propriedades rurais brasileiras, com vistas à alimentação do gado. A origem ou o uso de cada uma delas, no entanto, depende de fatores determinantes como o tipo de criação, utilização do solo e clima. Nas pastagens naturais, a vegetação é originária da região, contendo espécies diversificadas como herbáceas, gramíneas, não gramíneas e arbustos. Já as pastagens nativas, se referem às espécies que surgem de forma espontânea. Estas possuem valor nutritivo e surgem quando a vegetação originária é destruída. Temos ainda a pastagem artificial, cultivada pelo homem, por meio de espécies exóticas e variedades provindas de outras regiões.

## **Conclusão**

Não podemos contar a história do Brasil sem mencionar a cultura cafeeira. A produção de café e seus desdobramentos em território nacional foram decisivos para adoção de políticas fiscais, de políticas de governos em benefício da cultura que com o passar dos anos se tornou a principal atividade do país depois do ciclo do açúcar. Conhecido como “ouro verde” ainda é hoje o principal produto agrícola de exportação do Brasil.

Apesar de apresentar índices elevados de produtividade em dez estados brasileiros, a produção de café se destaca em território mineiro, que é responsável por quase metade da produção nacional, a maior concentração das fazendas produtoras estão no sul do estado. Apesar de contribuir significativamente no PIB nacional, a produção de café em Minas Gerais apresenta-se de forma desigual.

Podemos perceber ao longo do texto, que a cultura cafeeira é produzida tanto em grandes fazendas quanto em pequenas propriedades, porém justamente a falta de tecnologia, o pouco incentivo do governo e os pequenos espaços são responsáveis por interferirem diretamente nos índices de produtividade. O cultivo de café assim como de tantas outras culturas no país evidencia que a produção nacional do café está voltada ao comércio exterior enquanto o consumo interno em grande parte é abastecido pela agricultura familiar que nem sempre estão situados em espaços menores, nem sempre em boas condições, utilizando pouca ou nenhuma tecnologia.

A democratização da terra permite a democratização do campo, a inserção de novos agentes econômicos e a rotatividade do capital. É importante que o governo crie e atue em políticas públicas que ampare o pequeno produtor e dê a ele condições de produzir em

maior emelhor quantidade.

## REFERÊNCIAS

BAPTIST, Edward E. A segunda escravidão e a Primeira República americana. **Almanack**. Guarulhos, n. 5, p. 5-41, 1 sem. 2013.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Regiões de planejamento**. 2016. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>. Acesso em: 06 maio. 2019.

DRUMMOND, MARTINS, MACHADO, ALMEIDA e ANTONNI. **MAPA DA BIODIVERSIDADE EM MINAS GERAIS**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/atlas/socioeconomia.pdf> > Último acesso: 09 de jun de 2019

GONÇALVES, Eloísa Dias. **A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na reforma agrária**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.37, n.135, p.371-389, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00371.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2019.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Tre<sup>as</sup> Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário. Brasília. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 06 maio. 2019.

MOREIRA, Antônio Carlos. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural, Magma Editora Cultural, 2007.

**Mapa representativo dos produtores de café**. Rural Pecuária, São José do Rio Preto, 31 de mai. de 2005. Disponível em: <http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/cafe/brasil-mapa-representativo-das-regioes-produtoras-de-cafe.html>>. Acesso em: 09 de jun. de 2019.

**O café de menor custo no Brasil é produzido pela agricultura familiar.** Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Distrito Federal. 21 de Julho de 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-caf%C3%A9-de-menor-custo-do-brasil-%C3%A9-produzido-por-agricultores-familiares>.> Acesso em 09 de jun. de 2019.

**Agricultura familiar é o maior produtor de alimentos.** Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Distrito Federal. 21 de Julho de 2019.

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> Acesso em 09 de jun. de 2019

**Agricultura Familiar.** Companhia Nacional de Abastecimento. Distrito Federal. 8 de set de 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Último acesso: 09 de jun de 2019.

**Base da economia do Sul de Minas, Café movimenta R\$ 7 bilhões ao ano.** Sociedade Nacional da Agricultura. 04 de Abr de 2017. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/base-da-economia-no-sul-de-minas-cafe-movimenta-r-7-bilhoes-ao-ano/>> . Último acesso: 09 de jun de 2019.

ORTEGA e JESUS. **Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Setembro de 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032011000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300010) > Último acesso: 09 de jun de 2019

REDIM, Ezequiel. **Unai é o maior produtor de soja do Estado de Minas Gerais.** 16 de Ago de 2018. Disponível em: <<http://ezequielredin.blogspot.com/2018/08/unai-e-o-maior-produtor-de-soja-no.html>>. Último acesso: 09 de jun de 2019

PASTANA, MOURA, SOCARRÁS e HADDAD. **Mapa do desenvolvimento da pecuária leiteira no estado de Minas Gerais, Brasil: nova abordagem na pecuária para integração Espacial de variáveis produtivas.** 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/abmvz/v66n4/0102-0935-abmvz-66-04-01147.pdf> > Último acesso: 09 de jun de 2019

**A safra paulista de café cresce mais de 29%.** CONAB. Agência Brasil. 05 de Dez de 2018.



Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/safra-paulista-de-cafe-cresce-mais-de-29>> Último acesso: 09 de jun de 2019